

Os conflitos da renegociação da dívida externa

José Matias Pereira *

O esforço do governo brasileiro (traduzido pelos constantes deslocamentos e reuniões do ministro da Fazenda e seus assessores à Europa, Japão e Estados Unidos da América), visando retomar o processo de renegociação da dívida externa está sendo acompanhado com bastante interesse pela comunidade empresarial e financeira do País.

É preciso alertar, porém, que esse trajeto a ser percorrido é complexo, demorado e sofrido, tendo em vista que não implica em maiores compromissos por parte dos credores internacionais (representados pelos bancos, organismos oficiais e governos estrangeiros) as efetivas demonstrações de interesse em reabrir as negociações da dívida do Brasil. Essa postura reflete apenas o profissionalismo dos dirigentes dessas instituições e países, no trato de uma questão que, todos sabem, terá profundo desdobramento a nível do sistema econômico e financeiro internacional, dependendo da forma como venha a ser equacionada.

A posição especial ocupada pelo Brasil no rol das nações do Terceiro Mundo e o volume da sua dívida externa, no patamar de US \$ 110 bilhões, apresentam-se como as principais variáveis a serem consideradas pelos credores externos, e que serão examinadas com elevada cautela. Isto porque o fechamento de um acordo com o Brasil, dependendo de suas bases, influenciará no enfoque e

no comportamento dos demais países devedores, em relação às negociações de suas respectivas dívidas. E nesse contexto é válido prever que os credores internacionais utilizarão os mecanismos de pressão disponíveis, para tirar o maior proveito possível nessas negociações.

Parece-me oportuno, por outro lado, recordar que as principais causas da recessão econômica atual (transmitida em grande parte dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento), é decorrente da estagnação do comércio e da queda dos preços das "commodities", que sofreram nos últimos anos uma queda de 30% para 17% no comércio mundial de mercadorias.

Com base nos dados disponíveis, divulgados ao longo da sétima reunião da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), realizada em Genebra, no mês de julho último, as perdas em receitas de exportações dos países em desenvolvimento foram de US \$ 7 bilhões por ano, no período de 1981 a 1986, em relação a média de 1980 a 1981. No seu conjunto, as perdas totais dos países pobres, entre 1981 a 1986, ultrapassaram a casa os US \$ 100 bilhões, com efeitos significativos (em termos negativos) no crescimento de suas respectivas economias.

Ao lado desses dados preocupantes, é preciso registrar a escalada de barreiras protecionistas por parte dos países desenvolvidos, nas últimas duas décadas,

em relação aos produtos básicos de exportação dos países em desenvolvimento, notadamente de carne, cereais, óleos vegetais, madeiras, alumínio, cobre, minério de ferro e aço, entre outros. Agravada ainda pela postura dos países desenvolvidos, que vendem uma parcela ponderável de suas exportações de "commodities" entre si, o que contribui para aumentar as dificuldades dos países em desenvolvimento. Não deve ser esquecido, também, que o fraco desempenho do comércio mundial é resultante da elevada taxa de desemprego e o baixo índice de investimentos, nos países desenvolvidos.

Feitas essas observações, que demonstram no seu conjunto, a fragilidade das economias dos países em desenvolvimento, parece-me oportuno retomar a questão da forma como será desenvolvida a renegociação da dívida externa brasileira. Por parte e entre os credores, a palavra-chave a ser utilizada será "retaliação", como principal argumento de convencimento nas futuras negociações. O corte dos créditos interbancários e comerciais concedidos aos bancos brasileiros aparece sempre em primeiro plano, nas reuniões dos banqueiros norte-americanos, e de forma mais cautelosa entre os banqueiros europeus e japoneses. O reinício do pagamento dos juros da dívida é outra exigência prioritária. Em contrapartida, as autoridades brasileiras acenam com a possibilidade de ampliar a moratória parcial (em vigor desde

fevereiro passado), caso venha a ocorrer um endurecimento nas futuras negociações, por parte dos credores.

Vale ressaltar que a condução das discussões no sentido de criar-se um impasse é desaconselhável, tanto para os devedores como para os credores, e nenhuma das partes interessadas desconhece essa realidade.

A recuperação dos superávits da balança comercial brasileira, por sua vez, é uma demonstração de que o País possui fôlego para sair da crise e apresenta-se como um excelente trunfo, nessa nova etapa das negociações. Mas isso não basta, visto que o País, para continuar crescendo internamente, não poderá retomar o pagamento total dos juros da dívida externa.

Após essas considerações, e para concluir, creio que existem amplas possibilidades de entendimento com os credores internacionais. Lembrando porém, que o governo brasileiro deve procurar tirar partido dos interesses conflitantes existentes entre os diferentes tipos de credores — bancos japoneses, bancos americanos, bancos europeus, organismos financeiros internacionais (BIRD, BID, etc) e governos estrangeiros — visto que cada bloco possui interesses específicos em relação ao Brasil.

** Diretor de Crédito Especializado do Banco da Amazônia, economista do IPEA e mestre em Planejamento Urbano*